

SUMÁRIO

VULNERABILIDADE, HIPERVULNERABILIDADE E PUBLICIDADE

Novo paradigma da vulnerabilidade: uma releitura a partir da doutrina <i>New paradigm of vulnerability: a new doctrine interpretation</i> ADRIANNA DE ALENCAR SETUBAL SANTOS e FERNANDO ANTÔNIO DE VASCONCELOS	19
O consumidor com deficiência: hipervulnerabilidade, decisão apoiada e deveres anexos nas relações de consumo <i>The consumer with disability: hypervulnerability, supported decision and attached duties in consumer relations</i> ROBERTO PAULINO DE ALBUQUERQUE JR. e RAFAEL VIEIRA DE AZEVEDO	51
Publicidade para crianças: liberar, proibir ou regular? <i>Adverting for children: set free, forbid or regulate?</i> ADALBERTO PASQUALOTTO	69
O controle jurídico da publicidade na trincheira do consumismo <i>The legal control of advertising in the consumerism trench</i> LEONARDO BARIFOUSE	95

MANDATO CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES, DIREITO AO ESQUECIMENTO E COMBATE AO SUPERENDIVIDAMENTO

Bases constitucionais da defesa dos consumidores no Brasil: um resgate acerca da criação da legislação consumerista em prol da confirmação de sua posição privilegiada no ordenamento jurídico pátrio <i>Constitutional bases of consumer defense in Brazil: a review of the establishment of consumer legislation in order to confirm its privileged position within the national legal order</i> TATIANA DE A. F. R. CARDOSO SQUEFF	129
---	-----

O direito fundamental ao esquecimento nas relações de consumo:
um breve olhar sobre a Apelação Cível 70054612916 do TJRS

*The fundamental right to forget in consumer relationships: a brief
look at the Civil Appeal 70054612916 of TJRS*

ANA PAULA MARIA ARAÚJO GOMES e MARIA LÍRIDA CALOU ARAÚJO E MEN-
DONÇA 151

Superendividamento: políticas públicas formando consumidores e
não cidadãos

*Over-indebtedness: public policies forming consumers rather than
citizens*

RICARDO ROCHA LEITE 179

Proteção administrativa do consumidor na chamada "conta básica"
Consumer administrative protection in the so called "basic account"

HORST HAMMEN e DEBORAH ALCICI SALOMÃO (TRADUTORA) 205

PLANOS DE SAÚDE E MEDIAÇÃO NA SAÚDE

O Projeto de Lei 7.419/2006, a reestruturação da assistência su-
plementar à saúde no Brasil e a necessária atuação do Sistema
Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor (SNDC)

*Draft Law 7,419/2006, the restructuring of supplementary health
care in Brazil and the necessary action of the National System of
Consumer Protection and Defense (SNDC)*

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA 217

A mediação da relação médico-paciente: possibilidades e desafios

*The mediation of the medical-patient relationship: possibilities and
challenges*

GUSTAVO SILVEIRA BORGES 261

INFORMAÇÃO, TABACO E PRODUTOS TRANSGÊNICOS

Obligation of information: the need for a more "specific" regulation
in argentine consumer law

*Obrigação de informar: a necessidade de uma regulamentação mais
"específica" no direito do consumidor argentino*

ANDR S F. VARIZAT 285

Responsabilidade civil e causalidade: o caso do tabaco

Civil liability and causality: the tobacco case

MARILIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO 303

Comercialização e produção de transgênicos: importância da rotu-
lagem e atuação da CTNbio e do IDEC

*Marketing and production of transgenics: the importance of label-
ing and the operation of CTNbio and IDEC*

ADRIANA VALIM DE CAMARGO e LEONARDO DA ROCHA DE SOUZA 335

DIGITALIZAÇÃO DO CONSUMO

A contratação eletrônica de aplicativos virtuais no Brasil e a nova
dimensão da privacidade do consumidor

*The electronic contracting of virtual applications in Brazil and the
new dimension of consumer privacy*

DENNIS VERBICARO e ANA PAULA PEREIRA MARTINS 369

Digital content products: deceptive marketing language, "legalese"
and Brazilian e-commerce regulation

*Produtos de conteúdo virtual: linguagem comercial abusiva, juridi-
quês e a disciplina jurídica do comércio eletrônico no Brasil*

ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS e PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA..... 393

PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DOS TURISTAS FRENTE A PRÁTICAS ABUSIVAS

La circulación internacional del consumidor turista: los avances en
el Mercosur y en la Conferencia de La Haya de Derecho Internacio-
nal Privado

*The international circulation of the consumer tourists: progress in
Mercosur and in the Hague Conference on Private International Law*

LUCIANE KLEIN VIEIRA..... 411

A proteção do consumidor contra as mensagens subliminares do-
losas

Consumers protection against malicious subliminary messages

CEZAR AUGUSTO DE OLIVEIRA FRANCO, MAÍSA KELLY NODARI, MARINA MA-
DALENA FOSCHARINI e NATÁLIA KIELING CONINCK..... 433

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO – Financiamento para aquisição de material de construção – Título executivo extrajudicial – Valores unilateralmente documentados pela instituição sem participação ou consentimento dos consumidores.

Comentário por MARCELO TAPAI..... 459

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

SAÚDE PÚBLICA – Fornecimento de medicamentos para tratamento de melanoma – Tutela antecipada – Não demonstração da imprescindibilidade da prestação, por meio da necessidade e adequação conjugadas a ausência de alternativa terapêutica no SUS.

Comentário por GUSTAVO BORGES e MARCIRIO COLLE BITENCOURT: O tempo/valor da sobrevida humana e os medicamentos de alto custo: comentários sobre o Agravo de Instrumento 503227047.2017.4.04.0000/SC do TRF da 4ª Região..... 483

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material e moral – Acidente de trânsito em estacionamento aberto, de sistema rotativo e administrado por empresa – Inexistência de depósito a ensejar o dever de guarda e segurança, pois o cliente opta por estacionar em via pública em local conveniente.

Comentários por EDSON ALVISI NEVES, PLÍNIO LACERDA MARTINS e PAULO ROBERTO BINICHESKI: Responsabilidade civil do poder público e das prestadoras pelos danos aos veículos dos consumidores estacionados em via pública 507

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material e moral – Demora no conserto de ar-condicionado de veículo – Concessionária representante da fornecedora e com reserva de mercado assume a responsabilidade do art. 18 do CDC – Tempo que é elemento de importância na sociedade contemporânea.

Comentário por LAÍS BERGSTEIN 517

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESPONSABILIDADE CIVIL – Acidente de consumo com rede elétrica – Vítima de evento danoso que não precisa ser a consumidora final – Concessionária de serviço pública responsabilizada objetivamente.

Comentário por CLAUDIA LIMA MARQUES: Nota ao RESP 1.680.693/RN – Vítima de acidente com rede elétrica é consumidor..... 527

RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Ilegalidade do protesto de nota promissória prescrita – Exercício do direito que ultrapassou seis anos do último dia do prazo – Dívida inexigível.

Comentário por DIÓGENES FARIA DE CARVALHO e FREDERICO OLIVEIRA SILVA..... 538

NOTA SOBRE A ILEGALIDADE DA "DUPLA CONFERÊNCIA" DE MERCADORIAS

A ilegalidade da "dupla conferência" de mercadorias

The illegality of the "double conference" of products

ANDRÉ BOCCUZZI DE SOUZA..... 557

RESENHAS

Ajuste judicial do contrato: teoria da base do negócio jurídico a partir do direito alemão e sua aplicação no direito brasileiro, de Susana Carotto

CARLOS ANDRÉ CARVALHO ACIOLI..... 571

Sociedade de consumo: pesquisas em Direito do Consumidor

ANDRÉ PERIN SCHMIDT NETO..... 575

Apresentação do livro Consumo e cidadania, de Dennis Verbicaro, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

CLAUDIA LIMA MARQUES e VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA 581

TABLE OF CONTENTS..... 585

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA... 589